

**UMA TRAJETÓRIA DE CONQUISTA E *CIVILIZAÇÃO*: INÁCIO  
CORREIA PAMPLONA E O SERTÃO OESTE DAS MINAS GERAIS  
SETECENTISTA**

**A HISTORY OF CONQUEST AND CIVILIZATION: INÁCIO CORREIA  
PAMPLONA AND WEST HINTERLAND OF MINAS GERAIS EIGHTEENTH  
CENTURY**

**Maria Emília Aparecida de Assis**

Mestre em História pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

E-mail: [mariaemilia\\_assis@yahoo.com.br](mailto:mariaemilia_assis@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo tem como proposta analisar a imagem construída sobre Inácio Correia Pamplona como um exemplo que traz em si o espírito do homem da conquista, atuando de forma a executar na região oeste da capitania de Minas Gerais, através das entradas, entre as décadas de 1760 a 1780, o que apregoava o projeto de *civilizacional* das autoridades metropolitanas. Pamplona foi um elemento de ligação entre a realidade mineira e seu sertão e as teorias desenvolvidas pelos que nunca por ali estiveram.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sertão; entradas; Minas Gerais setecentista.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the image built on Inácio Correia Pamplona as an example which brings man's spirit of conquest, acting to perform in western captaincy of Minas Gerais, through the flags, between the decades of from 1760 to 1780, which proclaimed the civilizational project of the metropolitan authorities. Pamplona was a link between the mining reality and its hinterland and the theories developed by those who have never been that way.

**KEYWORDS:** Backlands; entries; eighteenth-century Minas Gerais.

### **O personagem e seu tempo: Inácio Correia Pamplona - trajetória pessoal e familiar**

Na medida em que se consolidavam as Minas do ouro, intensificou-se, a partir dos focos de povoamento, a exploração do sertão oeste e a expansão das fronteiras das terras agropastoris. Da terra sertaneja das Minas Gerais setecentista, emergiam do chão mais que ouro e diamantes. A terra abrigava uma rede de muitas teias a entrelaçar interesses de potentados, sesmeiros, posseiros e mineradores. No período que compreende as décadas 1740 e 1750, com os novos projetos de conquista de territórios na capitania de Minas Gerais, sobretudo a oeste, e a instituição da rota de Goiás, os focos de conflitos se proliferaram naquele sertão.

Alguns aspectos da ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII tiveram por objetivo geral assegurar, para a Coroa portuguesa, a posse de seus domínios na América. Em larga medida, visava-se a formação de vassalos úteis à desejada grandeza do império colonial português. Entende-se que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi o principal formulador da fundamentação teórica e das práticas políticas adotadas no projeto *civilizador* em terras coloniais.

Nesse período, os domínios portugueses na América, passaram a receber, efetivamente, maiores atenções, especialmente quanto à delimitação de suas fronteiras com as terras espanholas e a consequente ocupação das terras do sertão, com o intuito de, povoando-as, garantir, sua posse. As autoridades coloniais e metropolitanas entendiam que o sertão mineiro precisava ser controlado e *civilizado* – com base em suas próprias ideias do que viria a ser *civilizado* – devido às suas riquezas e possibilidades econômicas - para isso era imprescindível sua conquista.

Durante o século XVIII, o conceito de *civilização* desempenhou um papel importante no discurso da colonização nas terras portuguesas. Carregado de uma dimensão metropolitana, o conceito alcançou uma ampla extensão, penetrando também em áreas que praticamente não tinham ainda sido influenciadas pelos poderes coloniais. A função política, social e cultural do uso do conceito variou bastante de acordo com o contexto histórico. No caso, do território colonial, o termo passou a designar de acordo com os interesses portugueses uma oposição entre o progresso – metropolitano - e a *barbárie* – sertões. Um dos

elementos constituidores da ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII e que teve por objetivo geral assegurar para a Coroa portuguesa na América foi a delimitação das fronteiras e a ocupação das terras no sertão, com o intuito de, povoando-as, garantir a sua posse. E para isso, o governo não hesitou em adentrar as “áreas proibidas” e dominar todo tipo de resistência frente ao processo de ocupação da terra<sup>1</sup>.

Assim com o objetivo de controlar essa região e sua população, várias expedições foram enviadas aos sertões. O objetivo era destruir qualquer elemento que estivesse prejudicando o povoamento e desenvolvimento da região. Após ter solucionado este problema, sesmarias deveriam ser distribuídas a fim de que pessoas passassem a arcar com a responsabilidade de manter a área livre dos quilombolas e dos índios.

### Origem, destinos e família

### Origin, destinations and family

É possível reconstituir significativa parte da história pessoal e familiar de Inácio Correia Pamplona a partir de quatro importantes documentos: a carta testamento – com data de 13 de agosto de 1810 –, o inventário que fora aberto em fins desse mesmo ano, seu processo matrimonial – datado em 1º de janeiro de 1751 – e o *De Genere et Moribus* – de seu filho, o padre Inácio Correia Pamplona Corte Real, de 1790<sup>2</sup>.

Até o presente momento, os estudos<sup>3</sup> realizados que remetem à origem de Pamplona foram de caráter apenas pontual, com dados parcos, extraídos, sobretudo, de seu testamento, tornando os anos iniciais de sua vida e de sua chegada à América Portuguesa uma incógnita.

---

<sup>1</sup>FERES JÚNIOR, João e JASMIN, Marcelo. História dos conceitos: diálogos transatlânticos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Loyola-IUPERJ, 2007. pp. 121-128.

<sup>2</sup>INVENTÁRIO *post mortem* e TESTAMENTO do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, 1810/1820, caixa 100. PROCESSO Matrimonial de Inácio Correia Pamplona. Registro 3037, Armário 03, pasta 304. PROCESSO de Habilitação de *Genere Vitae et Moribus*, do Pe. Inácio Correia Pamplona Corte Real. Armário 04, pasta 689.

<sup>3</sup> Como os de LARA, Mário. *Nos confins do sertão da Farinha Podre: povoamento, conquistas e confrontos no Oeste de Minas*. Belo Horizonte: Lastro, 2009. MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se desenvolve do povo*. Contagem: Santa Clara, 2008. E historiadores como AMANTINO, Márcia Sueli. *O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. 426 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2001. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1970. PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes*. 2010. 423 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da História de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

Todavia, foi preciso garimpar novos documentos com vistas a explorar aspectos desconhecidos até então pelos pesquisadores. Duas das fontes citadas – o processo matrimonial e o *De Genere et Moribus* – são de caráter inéditos. À luz dessa nova documentação, descortinou-se frações expressivas sobre a origem pessoal e familiar desse português, indo no rastro da riqueza que acumulou em Minas Gerais no século XVIII.

Inácio e Rita, filhos gêmeos dos portugueses Manuel Correia de Mello e Francisca Xavier Pamplona, naturais da Santa Sé do Salvador da Ilha Terceira e cidade de Angra, nasceram no dia 5 de setembro de 1729 e foram batizados na dita Sé pelo Reverendo Vigário Antônio Vieira da Fonseca em 11 de setembro do mesmo ano. Foram padrinhos de Inácio Correia Pamplona, Manuel Sebastião e Dona Estácia Isabel, e de sua irmã gêmea Rita Pamplona, Luis Diogo Leite e sua filha Dona Maria Inácia, todos naturais e moradores da referida Sé<sup>4</sup>.

Os dados genealógicos indicam que os pais de Pamplona, Manuel Correia de Mello e Francisca Xavier Pamplona, eram naturais da freguesia de São Pedro da cidade de Angra. A mãe era filha de Francisco Ferreira e Maria Pamplona, batizada em 05 de março de 1697. Já no que se refere à procedência paterna, a documentação não menciona os antepassados. A origem é inequívoca: os pais não eram bem situados na escala social, formando uma família simples e humilde. A inquirição das testemunhas no processo de Habilitação de *Genere, Vitae et Moribus*, de seu filho, o Pe. Inácio Correia Pamplona Corte Real confirma essa evidência, apontando o modesto ofício de Manuel Correia de Mello, que vivia da ocupação de feitor e criado particular de Dona Francisca Rosália e Manuel Sebastião, sendo estes “pessoas das principais famílias destas Ilhas”. Ainda reiteram que os pais de Pamplona viveram até sua morte na freguesia da Santa Sé do Bispado de Angra da Ilha Terceira. Além disso,

[...] foram tidos e reputados sempre por legítimos cristãos vivendo sempre na obediência da Santa Madre Igreja, sem crime algum, nem pena vil ou infâmia pública, nem foram sentenciados e condenados com as penas impostas pelas leis do reino, [...], nem hereges, nem presos ou punidos pelo Santo Ofício [...]<sup>5</sup>.

Segundo consta em seu próprio depoimento e os das testemunhas arroladas em seu processo matrimonial, Pamplona havia deixado Portugal com idade de “dez para onze anos”<sup>6</sup>. Como nasceu em 1729, o que está registrado em sua certidão de batismo anexada ao *processo*

<sup>4</sup> PROCESSO Matrimonial de Inácio Correia Pamplona e Eugênia Luísa da Silva. *Op. cit.* fl. 16.

<sup>5</sup> PROCESSO de Habilitação de *Genere, Vitae et Moribus*, do Pe. Inácio Correia Pamplona Corte Real. *Op. cit.* fls. 12, 14.

<sup>6</sup> PROCESSO Matrimonial de Inácio Correia Pamplona e Eugênia Luísa da Silva. *Op. cit.* fls. 3-3 v; 4-4 v; 6; 8.

*de banho*, a viagem para a América Portuguesa teria ocorrido entre 1739 e 1740. Essa nova evidência, surgida nos documentos, embaralha as datas acerca do ano de seu nascimento, pois, em seu testamento, a data remetida a tal fato é a de 1731. Optamos aqui pela primeira, uma vez que em seu processo matrimonial consta a compilação da certidão de batismo endossada pelo Reitor Domingos da Costa da freguesia da Sé de Salvador da cidade de Angra, onde havia nascido Inácio Correia Pamplona, e dizia: “[...] Certifico que em um dos livros em que se lançam os termos dos batizados deste mesmo na folha 282 se acha o registro de batismo de Inácio e Rosa [...]”<sup>7</sup>.

Pamplona saíra de Portugal em companhia de um tio que era frade franciscano, o qual, depois de chegar ao Rio de Janeiro, fora para Santos. O então menino passou para as Minas Gerais, ficando no Rio apenas oito dias. Ao chegar às terras mineiras, seu destino fora a freguesia de Congonhas do Campo, onde passou a residir na casa de outro tio, chamado Inácio Cardoso Pamplona, morador na Santa Cruz do Salto, pertencente àquela freguesia. Logo principiou em fazer viagens em companhia do dito tio com tropas de mulas pelo caminho do Rio de Janeiro e vinha pelas freguesias mineiras – principalmente Congonhas, Itabira e Vila Rica<sup>8</sup> –, vendendo as mercadorias e mantimentos. Nelas, não se detinham por muito tempo, variando sua passagem entre cada uma delas de dois a oito dias.

Passados alguns anos, Pamplona estabeleceu residência no Arraial da Passagem, nas cercanias de Mariana, a mais antiga vila da capitania de Minas Gerais. Inácio Correia Pamplona prosperou aí sem, contudo, enriquecer de fato – o que viria a acontecer somente a partir da década de 1760 com as atividades sertanistas –, e criou a prole que ia chegando.

Ali, conheceu Eugênia Luísa da Silva, mulata e filha natural de Eugênio Luís da Silva e de Teresa Francisca Santarém, escrava negra da nação Mina batizada na cidade da Bahia e que viera para as Minas Gerais em companhia de seu senhor, que, posteriormente, “[...] a libertara por dinheiro [...]”. Teresa Fonseca fixou-se no Arraial da Passagem na condição de forra, lugar que futuramente viria a ter duas filhas. De acordo com as testemunhas, a preta forra se ocupava como fazia a grande maioria das mulheres forras nas vilas de Minas Gerais setecentista em seu “negócio de quitandas, vendendo ao povo fazenda comestível de secos e molhados”. Conforme consta na documentação, viveria até sua morte no dito Arraial<sup>9</sup>.

Mulheres africanas e suas descendentes, destacadamente da porção ocidental da África adentraram sertões da América Portuguesa e neles se envolveram com a venda de alimentos e

---

<sup>7</sup> *Idem*. fl. 16.

<sup>8</sup> *Idem*. fl. 8

<sup>9</sup> PROCESSO de Habilitação de *Genere, Vitae et Moribus*, do Pe. Inácio Correia Pamplona Corte Real. *Op. cit.* fl. 65.

objetos de baixo valor denominados genericamente de “miudezas”. O comércio de secos e molhados renderia a essas pessoas meios de sobreviver e mesmo de acumular algum pecúlio. Concomitantemente, a presença dessas agentes mercantis garantia o abastecimento de uma parcela importante da população das vilas setecentistas<sup>10</sup>.

Em pesquisa intitulada *As donas da rua: comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)*, Débora Cristina de Gonzaga Camilo<sup>11</sup>, analisa a presença negra no mercado de alimentos, produtos de baixo valor e crédito na região compreendida por Vila Rica e Mariana. Por meio da análise de bandos, editais, devassas, testamentos e inventários, a autora recupera aspectos da participação de africanas e de suas descendentes ao comércio local.

Escravas africanas e negras forras representavam no período colonial maioria no comércio de quitandas e “miudezas” nas vilas mineiras. No trabalho de Sheila de Castro Faria, *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rei (1700-1850)*, a autora demonstra a existência de um grupo étnico específico, as *minas*, ligado ao trabalho no comércio, perpetuando tradições culturais oriundas do continente africano. Tais pesquisas nos levam a refletir sobre a relação do ofício de quitandeira que Teresa Francisca Santarém exercia e o legado que possivelmente deixaria às filhas, sendo uma delas, Eugênia Luisa da Silva, a futura esposa de Inácio Correia Pamplona. No entanto, conhecer quem eram essas mulheres não é tarefa fácil, “mulheres negras, muitas delas oriundas da escravidão, não deixariam muitos registros documentais que facilitasse a nós,

---

<sup>10</sup> FURTADO, Júnia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história*. Rio de Janeiro, 2000. pp. 93-113. p. 104. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Comércio, Nação e Gênero: As negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1835-1900. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rei (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Concurso para Professor Titular. 2004 (mimeo). \_\_\_\_\_. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. (Org.). *Ensaio sobre História e Educação*. Op. cit. pp.289-329. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas negras. Mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716-1755)*. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora. 2006.

<sup>11</sup> CAMILO, Débora Cristina de Gonzaga. *As donas da rua: comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)*. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado – História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ouro Preto, 2009.

historiadores, a reconstituição de aspectos da vida”<sup>12</sup>. Infelizmente não encontramos o testamento e nem o inventário de Tereza Francisca Santarém. O grande número de homônimos, principalmente entre as pessoas de ascendência africana é um fator que limita o cruzamento de fontes, mas que ao mesmo tempo não impossibilita de lançar conjecturas sobre como se originaria o casamento de um tropeiro com uma mulata, possivelmente ligada ao “pequeno negócio”, ofício que teria herdado da mãe.

A partir desse ampliado raio de ação surgem interessantes indagações sobre a inserção das comerciantes de ascendência africana de Mariana e Vila Rica nas redes comerciais, principalmente de Teresa Francisca Santarém. Como compreender, em terras do sertão da América portuguesa setecentista, a participação de ex-cativas no trato mercantil? O que levaria Pamplona, um tropeiro de origem lusa com futuro promissor de vir a se tornar um negociante de grosso trato a casar-se com uma mulata, filha de uma forra quitandeira? A mulata, Eugênia Luisa da Silva, poderia ter ajudado Pamplona a se estabelecer enquanto vindouro comerciante através de seu “trabalho” no pequeno comércio?

Com a certeza de que o historiador deve ir além dos documentos, explorando a possibilidade e fazendo perguntas nas entrelinhas das fontes, o que se propõe é lançar luzes às questões apresentadas. Tais desafios devem incentivar a busca de alternativas que permitam conhecer um pouco mais a respeito da aproximação do tropeiro com a mulata Eugênia, e, se por um lado não é possível traçar aqui trajetórias dessas mulheres negras, por outro se pode entender suas ligações sociais mais imediatas.

O desafio do trabalho com comerciantes negras é reiterado por alguns historiadores. Romper com o silêncio imputado por uma sociedade escravista e que valorizava a condição masculina e branca é tarefa penosa. Nas palavras dos historiadores Júnia Ferreira Furtado e Renato Pinto Venâncio:

Acompanhar a trajetória de vida dessas pequenas comerciantes é algo bem mais complexo do que investigar a vida dos então denominados mercadores de grosso trato, pois as vendeiras e mulheres de tabuleiros deixaram menos documentos que os magnatas coloniais. (...) as pequenas comerciantes eram mulheres ‘sem nome’ de família ou com sobrenomes que refletiam devoções e invocações religiosas do momento. Daí, sem dúvida, o caráter ambíguo das sucintas informações presentes na documentação. Tendo em vista esse caráter extremamente fragmentário da documentação que permitisse

---

<sup>12</sup> *Idem*, p. 44. O predomínio de mulheres da Costa da Mina na atividade comercial nas vilas de Mariana e Vila Rica se deve ao contexto de importação de africanos para a região. RAMOS, Donald. *Community, control and acculturation: a case study of slavery in Eighteenth Century Brazil*. In: *The Americas*. Vol. XLII, nº 4. pp. 419-451 - p.423. 1986.

identificar individualmente as comerciantes, procuramos caracterizá-las como grupo social<sup>13</sup>.

O fenômeno das minas de ouro no século XVIII atraiu grande número de aventureiros e uma população de diversas partes da colônia e também de fora dela. Juntamente com aventureiros portugueses e paulistas, ávidos pelo metal dourado, um grande número de escravos seguiria para os sertões da América Portuguesa para trabalhar compulsoriamente na extração aurífera. Em torno dessa atividade desenvolveram-se outras visando o abastecimento da população das vilas mineiras. Comercializar alimentos, principalmente, tornara-se bastante lucrativo. Como aponta o trabalho de Débora Cristina de Gonzaga Camilo<sup>14</sup>, entre os anos de 1716 e 1796, para Mariana e Vila Rica, a presença de indivíduos de ascendência africana envolvidos no comércio de pequeno trato aumentaria continuamente, sendo o grupo mais expressivo o dos forros.

O pequeno comércio, atividade essencial às comunidades, deixaria poucos indícios se comparado aos negócios de grosso trato. Essencial e cotidiano, este mesmo comércio seria a base da vida das vilas mineiras do século XVIII.

O trabalho de Cláudia Maria das Graças Chaves, intitulado *Perfeitos comerciantes: mercadores das minas setecentista*<sup>15</sup> realiza uma caracterização dos agentes comerciais através da atividade volante ou fixa,

Havia dois tipos distintos de comerciantes no mercado colonial mineiro. O primeiro compreendia os comerciantes que transportavam e vendiam suas mercadorias pelos caminhos de Minas, nas vilas e arraiais sem localização fixa ou em feiras. Estes comerciantes eram abastecidos pelos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, pelos produtores rurais e artesãos de Minas Gerais. E entre eles estavam o tropeiro, o comboieiro, o boiadeiro, o atravessador, o mascate, a negra de tabuleiro. A segunda categoria de comerciantes está representada pelos que compravam e revendiam mercadorias em seus estabelecimentos fixos. Compunham este grupo os vendeiros, os lojistas e os comissários, que eram abastecidos por tropeiros, por produtores rurais e pelos artesãos mineiros<sup>16</sup>.

Os produtos mais comumente vendidos pelas comerciantes negras eram fabricados por elas mesmas, ou por vezes eram oriundos do trabalho delas como intermediárias entre

---

<sup>13</sup> FURTADO, Júnia Ferreira e VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. *Op.cit.* p. 104.

<sup>14</sup> CAMILO, Débora Cristina de Gonzaga. *As donas da rua. Op. cit.* p. 46.

<sup>15</sup> CHAVES, Cláudia Maria. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 49.

produtores, tropeiros e a população das vilas<sup>17</sup>. Talvez Pamplona teria conhecido Eugênia Luisa da Silva na troca de mercadorias na atividade mercantil do tropeirismo e da quitandeira, possivelmente exercida pela mulata. Ressalta-se aqui, que embora o estigma da cor diferenciasse socialmente o tropeiro português e a mulata, ambos teriam a mesma *gênese* comercial, pertenciam como bem definiu a historiadora Cláudia Chaves, no primeiro grupo de comerciantes no mercado colonial mineiro.

Mulheres africanas, sobretudo, da Costa da Mina tornavam comerciantes nas minas setecentistas atuando no abastecimento de vilas. Isso significa reconhecer que os agentes aqui referidos situam-se em lugar específico na sociedade hierarquizada que caracteriza a América portuguesa escravista. Assim, inserir-se como agente mercantil em meio a um contexto escravista exigiria certas estratégias, investimentos em relações pessoais e uma boa administração dos negócios. Logo várias práticas e mecanismos foram utilizados por essas mulheres como tentativas de fixarem-se na atividade mercantil, como exemplo o casamento, que era uma forma de acrescentar posses e demonstrar poder,

[...] agentes mercantis de baixo trato, reconheceriam de forma bastante clara os caminhos possíveis para angariar melhores condições de vida, o que incluía optar pelo matrimônio, [...]e reproduzir, enfim, costumes africanos adaptando-os ao contexto da sociedade escravista na América portuguesa<sup>18</sup>.

Esperava-se que o matrimônio trouxesse aumento da riqueza e que ambos contribuíssem para a ascensão do casal. Pamplona que também havia ingressado no ramo comercial de pequena monta desde 1740 alcançaria na região de Mariana e Vila Rica considerável prosperidade econômica, durante árduo trabalho ao longo de duas décadas. O que lhe permitiu expandir sua rede de comércio e crédito aos pequenos comerciantes e também a outras Comarcas<sup>19</sup>.

As circunstâncias e os motivos relacionados ao casamento de Pamplona com a mulata Eugênia ainda se apresentam nebulosos na documentação. O que se pretendeu ao discorrer sobre as questões propostas foi abrir clareiras a respeito do matrimônio dos pares e conjecturar a possível associação das atividades mercantis do tropeirismo iniciado nos anos de 1740 por Pamplona com o comércio de pequena monta que também seria praticado por Eugênia. Aqui se aponta indícios do interesse que a mulata teria em construir patrimônio e assegurar melhores condições de vida ao lado de Pamplona, e até mesmo o contrário, ou seja,

---

<sup>17</sup> CAMILO. Débora Cristina de Gonzaga. *As donas da rua*. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 60.

<sup>19</sup> TESTAMENTO de Inácio Correia Pamplona. *Op. cit.* fls. 08 e 09.

o tropeiro também poderia usar do mesmo artifício ao selar o casamento com o objetivo de ampliar suas redes comerciais.

Eugênia Luisa da Silva, como está registrada em seu processo matrimonial, foi batizada a 18 de outubro de 1736 na Capela de Nossa Senhora da Glória do Arraial da Passagem, filial da Matriz da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, sendo os padrinhos Manuel de Oliveira e Ana Maria Silva.

De seu casamento com Eugênia Luísa da Silva, resultaram seis filhos: o padre Inácio Correia Pamplona Corte Real, Teodora Angélica de Santa Rosa, Rosa Maria do Sacramento, Inácia Felícia Correia Pamplona, Simplícia Correia Pamplona e Bernardina Correia Pamplona. Foi em nome dessa família que Pamplona acumularia um gigantesco patrimônio rural.

Pamplona declarou em seu testamento, datado de 1810, que havia casado sua filha Bernardina com um parente, João José Correia Pamplona, e importou o seu dote em que entrou:

[...] uma fazenda chamada a tapada com escravatura, gados, éguas, burros e burras, e o enxoval que se lhe deu para o seu casamento, e antes desse enxoval que sua mãe fez e deu, e todas as roupas do uso desta que por morte também se lhe deu [...] o que tudo importa em a quantia de 6:573\$000 (seis contos, quinhentos e setenta e três mil réis)<sup>20</sup>.

As demais filhas foram recolhidas à Casa de Misericórdia de Macaúbas<sup>21</sup>, na Comarca de Sabará, o que na prática lhe custou muito menos do que casá-las, pois parece que não pagou todas as despesas. Dizia, em testamento, Inácio Correia Pamplona que:

---

<sup>20</sup> TESTAMENTO de Inácio Correia Pamplona. *Op. cit.* fl.4 v-5.

<sup>21</sup> Nas Minas Gerais, as filhas dos homens abastados, além de uma educação de caráter eminentemente doméstico, chegavam a ingressar no Recolhimento das Macaúbas, estratégia comum aplicada, inclusive, para as meninas nascidas dos relacionamentos de homens brancos com mulheres negras ou mestiças. O Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas, o mais célebre dos dois existentes na Capitania de Minas Gerais, recebia filhas de famílias abastadas, em geral moças brancas, cujas famílias desejavam educá-las e “preservá-las dos assaltos do mundo”. *Apud* CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, p. 116. Mas também as filhas mestiças, que muitos homens, principalmente portugueses, tinham fora do casamento ou em sua condição de solteiros. Um dos casos mais conhecidos é o das nove filhas da mulata Chica da Silva e do contratador João Fernandes de Oliveira, recolhidas em Macaúbas e lá sustentadas por somas consideráveis enviadas por seu pai. Ver: FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. Waldemar de Almeida Barbosa traz maiores informações sobre esse antigo convento na região de Sabará, fundado em 1714. Uma grande ala do convento foi construída pelo mestre de campo Inácio Correia Pamplona. No nosso entendimento, essa foi uma forma por ele encontrada para conseguir a reclusão de suas filhas mulatas e para o pagamento de parte de seus dotes. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. De acordo com Mary Del Priore, “garantia de sustento de quem integrasse na vida religiosa, o dote podia ser parcelado ou ainda convertido em escravos, animais, propriedades ou na construção de celas e cômodos na própria instituição”. PRIORE, Mary Del. *Ritos da vida privada*. In:

[...] desde o ano de mil setecentos e setenta e um, que recolhi no Recolhimento das Macaúbas minhas filhas, e uma prima por nomes: Teodora, Rosa, Inácia, Simplícia e a prima Bernarda, com seus dotes de três mil cruzados cada uma das cinco propinas, e novecentos mil réis de juros enquanto não paguei os dotes, e as cinco celas a trezentos mil réis cada uma, que com as mais despesas diariamente, e assistência como consta do livro, e até o presente importam salvo erro em a quantia de quatorze contos novecentos e trinta e seis mil e três réis [...]<sup>22</sup>.

Na colônia, dentro do envoltório social de mentalidade marcadamente patriarcal, na qual a cor da pele era um fator de separação social, entre seis filhos legítimos, ter cinco filhas mulatas era um grande problema que Pamplona enfrentaria. As filhas de um potentado não poderiam unir-se em matrimônio com um aventureiro ou um homem qualquer. Além de encontrar alguém de boa família, era preciso dotá-las de um bom casamento. Casá-las todas significava dividir o patrimônio da família, transferindo a maior parte para os genros estranhos em prejuízo do único filho homem. Era preciso também manter a sucessão hereditária da família. Além dessas prováveis explicações para a imposição do “devoto pai” enclausurar suas filhas no Recolhimento das Macaúbas, soma-se o fato de que também seria exemplo público de proclamação da religiosidade da família e de ostentação de sua posição social.

Quanto ao filho, foi reservado à vida eclesiástica, o que não impediu que também ele perpetuasse a linhagem do pai. O padre, por sua vez, teve um filho, também destinado ao sacerdócio, o padre José Maria Correia Pamplona, o qual, em 1822, veio a substituir seu pai como inventariante do falecido avô, o mestre de campo Inácio Correia Pamplona, perpetuando-lhe ainda mais a linhagem.

Pamplona seguiria a trajetória dos portugueses ambiciosos, que acabaram de fato se enriquecendo e se afastando irreversivelmente de sua origem humilde: primeiro, cuidara-se em se estabelecer, para, então, depois unir-se em matrimônio. Inácio Correia Pamplona e Eugênia Luísa da Silva se casaram em 1752 na Capela de Nossa Senhora da Glória no Arraial da Passagem, filial da freguesia da Catedral da Sé de Mariana. As testemunhas – em sua maioria portugueses que também vieram para a Colônia – que depuseram quando corriam os *banhos* para o casamento, afirmavam que conheciam o noivo ainda no tempo em que vivia no Reino e depois se mudara para as Minas Gerais, quando: “[...] viera ainda criança, beirando os

---

SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, pp. 83-154 - p. 289.

<sup>22</sup> TESTAMENTO de Inácio Correia Pamplona. *Op. cit.* fl.4-4v.

onze anos”<sup>23</sup>, trocando a infância ao lado da família nuclear para fincar raízes em solo colonial.

As evidências documentais não permitem conhecer o real motivo que fizera Pamplona atravessar o Atlântico rumo à Colônia, não que a vinda de portugueses para o Brasil nessa época fosse algo peculiar, pelo contrário, uma verdadeira corrida pelo ouro tomou de assalto a capitania até então pouco habitada. Levas de pessoas chegavam de toda parte atrás do sonho da riqueza imediata. O fato de ter vindo ainda criança aumenta ainda mais as dificuldades de conjecturas serem lançadas. Caso fosse de idade mais avançada, poderíamos talvez levantar como hipótese a troca da vida simples ao lado dos pais em Portugal pela quimera do ouro do qual corriam relatos fantásticos no Reino. Mas o que realmente se pode afirmar é que havia iniciado logo cedo o trabalho de tropeiro nos caminhos do Rio de Janeiro para as Minas Gerais.

A atividade comercial que começou no Rio de Janeiro foi constante na vida de Pamplona e ele a exerceu em diversos pontos da capitania mineira. Declarou em seu testamento que:

Mais se me devem outras dívidas que parecem incobráveis e são as seguintes: pelo importe do que me devem várias pessoas da Comarca do Serro Frio por créditos e contas que se acham em um maço em meu poder: 1:330\$575; que pelo que me devem várias pessoas de Vila Rica e de Sabará por créditos que se acham em meu poder 509\$387; pelo que me devem várias pessoas dessa Comarca do Rio das Mortes por créditos que se acham em outro maço em meu poder 344\$700<sup>24</sup>.

O exercício da genealogia permite destacar uma dualidade na vida de Pamplona: por um lado, sua origem reinol era obscura e humilde; por outro lado, quanto ao enraizamento local nas Minas Gerais, recente, em tudo, dentro de uma sociedade arrivista e em processo de formação o proveria de extenso patrimônio econômico. Desde aproximadamente 1740, Inácio Correia Pamplona cruzava as terras do interior da América Portuguesa envolvido em atividades comerciais. De qualquer modo, seu destino ia de início se traçando nos núcleos urbanos. A primeira atividade econômica desenvolvida por Pamplona em solo mineiro foi a negociação de fazenda seca e molhada com tropas de mulas no caminho do Rio de Janeiro em direção às freguesias do Bispado de Mariana. Ao se estabelecer no Arraial da Passagem, iniciou importante sociedade comercial com José Gonçalves (Pardelha?), residente no mesmo arraial, com a qual entrou, então, pelas muitas viagens ao Rio de Janeiro e ao Serro, o que

<sup>23</sup> PROCESSO Matrimonial de Inácio Correia Pamplona e Eugênia Luísa da Silva. *Op. cit.* fl. 8.

<sup>24</sup> TESTAMENTO de Inácio Correia Pamplona. *Op. cit.* fls. 08 e 09.

gerou para ambos os sócios certa opulência. Posteriormente, Pamplona formou outra sociedade mercantil no mesmo Arraial com João Francisco Guimarães, também com cargas de secos e molhados<sup>25</sup>.

Tempos depois, estabeleceu residência em Vila Rica, na Rua Direita, e inaugurou outra casa de negócio. Seguidamente, mudou-se para a fazenda chamada Medanha, na freguesia de Lagoa Dourada, que se localizava na Comarca do Rio das Mortes, com terras de cultura, criações de gado *vacum* e fábricas de escravos.

Entre 1759 e 1761, Pamplona passou a residir na Vila de São João del-Rei e trabalhou como cobrador do Contrato das Entradas do Tejuco no tempo em que fora caixa ao lado de José Álvares Maciel. Pamplona, durante as décadas de 1760 a 1780 realizaria muitas entradas no sertão oeste da capitania mineira, promovendo a mando das autoridades coloniais o caráter *civilizatório* da região, destruindo quilombos, desbaratando *gentios* e ao mesmo tempo promovendo seu enriquecimento com benesses recebidas, principalmente através de sesmarias doadas pelos capitães gerais das Minas Gerais setecentista.

### **Palco de disputas e um mundo cheio de incertezas: o sertão oeste mineiro setecentista**

### **Stage disputes and a world full of uncertainties: the west outback mining eighteenth century**

As entradas nos sertões da Capitania de Minas Gerais – territórios indígenas – tornou-se prática constante ao longo da segunda metade do século XVIII. Esta ação de avançar sobre terras ocupadas por povos indígenas respondeu à resistência indígena, levando a um confronto frontal com os “invasores”. Notórias e emblemáticas foram várias bandeiras chefiadas por Pamplona aos sertões mineiros, todas realizadas às suas expensas, no decurso de 40 anos, conforme consta em seu testamento e nas fartas correspondências enviadas às autoridades, nas quais apresentava um rosário de favores e graças.

---

<sup>25</sup> PROCESSO de Habilitação de *Genere, Vitae et Moribus*, do Pe. Inácio Correia Pamplona Corte Real. *Op. cit.* fl. 72 v.

Morador na Fazenda do Capote, em Lagoa Dourada, Pamplona comandou seis incursões às nascentes do Rio São Francisco e adjacências durante os governos de Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), de José Luís de Menezes Castelo Branco e Abranches, Conde de Valadares (1768-1773) e Dom Rodrigo de José Menezes (1780-1783). A influência que usufruía entre os três capitães gerais era tanta que sua regência chegou a se estender da

Capela de Nossa Senhora de Oliveira para dentro, tudo que for a sobredita capela, Aplicação do Termo da Vila de São José, e para a parte da Vila de Pitanguí, da Itapecerica, Serra Negra, Calhau de Cima, passagem velha, correndo rumo à Serra da Saudade<sup>26</sup>.

Como homem de confiança dos governadores das últimas décadas do século XVIII – exceção feita a Dom Antônio de Noronha (1775/1780), que lhe dedicava intensa antipatia –<sup>27</sup>, foi autorizado a distribuir centenas de propriedades na região de Tamanduá, nas Serras da Marcela e da Saudade, em Pium-í, Bambuí, margens do rio São Francisco e no Quilombo do Ambrósio.

Na expedição de 1769, a faceta sertanista de Pamplona ganhou maior espaço e poder. Uma das formas de pagamento pelos serviços prestados como sertanista às autoridades lusas foi sua nomeação como sesmeiro. Pamplona exerceu nessa entrada o papel de sesmeiro em um dos sentidos da palavra: recebeu e doou sesmarias às pessoas que os acompanhava. Conceder sesmarias era uma prerrogativa que, no Brasil, era restrita aos governadores. O Conde de Valadares, governador de Minas Gerais, estendeu essa regalia a Pamplona, que, no ano de 1769, munia o entrante “de novas portarias e instruções que o autorizavam para tudo que fosse decente a civilização dos ditos sertões”<sup>28</sup>. O relato dessa expedição relaciona 234 sesmeiros<sup>29</sup>. A Coroa Portuguesa necessitava de “vassalos fiéis” para auxiliá-la na administração de um território tão vasto, e estes, por sua vez, escreveriam cartas lamuriasas, apresentando uma ladainha de pedidos para compensarem “os riscos de vida e dispêndio do seu cabedal” em prol da Coroa<sup>30</sup>.

<sup>26</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das Minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1971. p.79.

<sup>27</sup> *Idem*. p.126.

<sup>28</sup> ARQUIVO Histórico Ultramarino – Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais (1680-1832) – Documentação microfilmada e digitalizada em 53 CD’s pelo “Projeto Resgate de Documentação Histórico Barão do Rio Branco”. Conselho Ultramarino/Brasil; Arquivo Histórico Ultramarino; Instituto de Investigação Científica Tropical/Lisboa. PR, AHU, 12.603 – Cx. 177, Doc. 47. p. 34.

<sup>29</sup> NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.108, pp. 53-113, 1988. p. 96.

<sup>30</sup> CARTA de Inácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 15/05/1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, Códice 18,2,6 – Doc. 61.

Pamplona, no ato de encarnar a autoridade máxima e de ter em suas mãos o poder de conceder sesmarias nos sertões de Campo Grande e nas nascentes do rio São Francisco, separou para si uma relevante parcela de terras, que era muito maior se comparada a de outros sesmeiros. Ao longo do relato de 1769, há evidências de uma série de conflitos envolvendo a posse de terras relacionadas diretamente ao papel de Pamplona como distribuidor e possuidor de terras.

Apesar de não ter registro detalhado de todas as expedições, deveriam ser como habitualmente: forças bem armadas e de composição variada, contando entre seus membros com índios domesticados, negros de confiança, que, no sertão desconhecido, tinham como papel fazer as vezes de línguas e guias.

É curioso ressaltar que todas essas entradas corriam por conta de Pamplona. Os gastos com alimentação, armas, munições e qualquer outro elemento ficavam por seu risco. Não significava que ele tivesse qualquer prejuízo, ainda que tivesse alegado isso como uma das justificativas para solicitar novas sesmarias e honrarias. Inácio Correia Pamplona foi realmente uma figura curiosa, cuja personalidade exige um estudo metuculoso.

Pamplona cumpriria bem o papel de *civilizar* o sertão oeste mineiro na segunda metade do século XVIII, tendo sua vida marcada pelas atividades desbravadoras nos sertões da capitania mineira, exterminando índios e quilombolas que se localizavam no oeste de Minas Gerais e pelo controle quase que absoluto que detinha da região em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelos próprios Governadores. Foi aclamado por seu séquito em todas as entradas que rompiam a esmo pelos sertões. Enaltecido por seus companheiros de jornada como um semideus, foi por várias vezes igualado aos grandes personagens mitológicos e heróis da antiguidade, remetendo sempre a atos de honra e valentia. Assim chegavam a compará-lo a *Hércules*, a *Moisés* e ao rei *Xerxes*, da *Pérsia*<sup>31</sup>.

A 17 de maio de 1769, o então governador na capitania, Conde de Valadares passou as seguintes instruções a Pamplona na conquista do Campo Grande:

Nas marchas diárias que fizer irá anotando em um livro de memória os rumos que se encaminha, a quantidade de léguas que anda os rios, montes e lugares que for transitando para me dar a conhecer em um mapa todo o país

---

<sup>31</sup> cf. NOTÍCIA diária e individual. *Op cit.* p. 62-67-70. Este manuscrito foi transcrito e publicado na *Revista Anais da Biblioteca Nacional*. O documento relata em detalhes a expedição de 1769 realizada por Pamplona, ao que tudo indica de autoria do escrivão Manoel Ribeiro Guimarães. Além do relato do cotidiano da entrada, o documento resultou também um importante trabalho cartográfico com destaque para os pontos geográficos e as distâncias em léguas. Retoma a descrição dos quilombos encontrados, em geral desabitados. Isso poderia permitir às autoridades da época entender sua organização social, estruturas econômicas e de defesa, elementos importantes para que fossem pensadas estratégias de controle e destruição por parte as autoridades coloniais.

que for avançado. [...] terá particular cuidado em fazer miúdos exames em todos os rios, ribeirões e córregos por onde passar a fim de ver se neles há formalidades ou mostras de ouro e no caso de descobrir fará extrair somente a quantidade que baste para mostrar suas grandezas [...]. Como no continente do Campo Grande [...] contam 17 sesmarias na fralda do monte denominado Marcela entre elas me consta haver boas formações nos rios e córregos daquele distrito fará notificar a todos os sesmeiros direta ou indiretamente intrusos naqueles lugares para que lhe deem verdadeira conta do que ontem suas respectivas repartições para que ele me faça participante [...]. A todas as pessoas que forem concorrendo do dito continente do Campo Grande e quiserem tomar suas porções de terras para seus estabelecimentos, lhes fará repartir inteiramente, porém sem direito a posse em que eles estiverem quando haja outras pessoas que primeiro e com pessoal trabalho se animarem a passar àquele país, a fim de o povoarem. [...] neste caso [...] alistarão seus nomes e a quantidade de terra e seus estabelecimentos, a fim de prestar conta [...]. Como o país que vai penetrando é infestado de gentios, quando tenha com estes algum encontro porá todo o seu particular cuidado em acariciá-los e reduzi-los ao seu amigável trato, fazendo-lhes perceber o lucro espiritual que alcançam reduzindo-se ao grêmio da Cristandade, e quando eles se mostrarem resistentes às amigas persuasões que se lhes fizer a este respeito, e se quiserem opor com violência embargando-lhes os passos, então justamente usará das armas para sua defesa, aterrando-os até o último fim. Todas as pessoas de sua conta lhes fará particular advertência de não maltratar gentio algum que lhe sair ao encontro, mas antes que com eles usem de toda a familiaridade, pois por este meio e não pelo de rigor é que se consegue o fim que se pretende de reduzi-lo ao nosso amigável trato. Em cada uma situação de gentio que for descobrindo e forem reduzidos ao grêmio cristão já pacificados e subordinados à nossa bandeira deixará duas, três e mais pessoas de sua conduta, as que forem de sua particular escolha, para civilizar os índios instruídos no nosso modo de trabalhar, tudo com bom modo e tirar do ócio infame em que vivem [...]”<sup>32</sup>.

Por essas instruções, podemos ver claramente as principais motivações que norteavam a entrada de 1769, liderada pelo mestre de campo Inácio Correia Pamplona<sup>33</sup>. A expedição percorreria o centro-oeste do atual Estado mineiro por quatro meses com três objetivos essenciais: ocupar aquelas terras, delimitar e conceder sesmarias, descobrir novas jazidas de ouro e pedras preciosas e dar combate aos quilombos de negros fugidos que teimavam em crescer sobre as ruínas dos anteriores. Sua viagem foi minuciosamente registrada em um

---

<sup>32</sup> Para conferir detalhes, ver o documento: PR, AHU, 12.603 – Cx. 177, Doc.47. P.53-54. Pamplona detalha toda a região em números de habitantes, lista de bastardos, de homens brancos, pardos, escravos, crioulos, agregados, lista de entradas e bandeiras e seus capelães, padres entrantes, número de serras, rios patrulhados, quilombos desbaratados.

<sup>33</sup> Inácio Correia Pamplona foi honrado pelo capitão general da capitania mineira, Conde de Valadares com a provisão de guarda-mor das terras e águas minerais do sertão de Campo Grande e de São Francisco e com a patente de mestre de campo regente do terço de infantaria auxiliar, que criou no sertão de Pium-í, Bambuí, Campo Grande, Picada de Goiás e suas anexas e que posteriormente foi confirmada pela real patente de “Sua Majestade”. Essas informações foram relatadas no referido documento: PR, AHU, 12.603, cx: 177 Doc. 47. fl. 34.

documento de suma importância, ao que tudo indica relatada pelo escrivão Manoel Ribeiro Guimarães da Notícia diária<sup>34</sup>.

Assim, apontando de forma breve os argumentos utilizados pelas autoridades coloniais e metropolitanas para a ocupação do sertão oeste mineiro, é possível estabelecer a relação entre os poemas declamados por alguns integrantes da expedição de 1769 ao sertão oeste da capitania de Minas Gerais, a seu líder, Inácio Correia Pamplona e a construção de uma imagem gloriosa de um guia guerreiro derivado de uma caracterização ostentosa do “herói” como ser extraordinário. Ser este, capaz de domar a natureza agreste, índios e quilombolas ferozes.

Por meio de poemas<sup>35</sup> dedicados ao mestre de campo no decorrer da expedição de 1769, marcados por expressões e pensamentos que associavam um dos maiores antagonismos do sertão – *barbárie x civilização* –, é edificada uma imagem para o sertanista, chefe da expedição – a de um líder esplêndido. Toda essa construção da glorificação em torno da figura do sertanista ocasionou a escrita e a declamação de numerosos versos que se manifestaram pelo encômio – um verdadeiro louvor a Pamplona, o líder triunfante. Apelavam indefectivelmente para alegorias mitológicas de cuja comparação o homenageado saía sempre vitorioso. Todos eram unânimes em exaltar sua magnanimidade, afamado por seus feitos guerreiros, sendo somente ele capaz de levar a *civilidade* e apaziguar o sertão<sup>36</sup>.

Partindo da observação dos conceitos usados por *Roger Chartier*, é possível perceber a investigação de como as práticas e as representações são construídas, propondo uma nova forma de abordagem e buscando perceber as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas<sup>37</sup>.

Considera-se aqui que os poemas não retratam fielmente a realidade em que está inserida, mas a representa através de diferentes olhares. Os poemas não se constituem em

---

<sup>34</sup> NOTÍCIA diária e individual. *Op. cit.*, pp. 50-113.

<sup>35</sup> Cinco poemas foram de autoria de religiosos, sete de fazendeiros que o acompanhavam e dois não possuíam indicações de seus autores. Márcia Amantino, em sua obra, *O Mundo das Feras*, faz uma análise sobre o lado literário da expedição de 1769 sob o prisma do Arcadismo. No entanto, a autora enfoca muito mais as bases da escola literária do que propriamente uma análise mais reflexiva sobre o processo de heroificação de Pamplona pelos homens que o acompanhavam em suas comitivas pelos sertões mineiros. A autora, ao analisar os poemas, faz uma análise bastante pontual. O objetivo do presente artigo é retomar essa discussão, observando como esses poemas construíram uma imagem grandiosa de um líder intrépido e impávido para o sertão colocando a figura mítica no seu devido lugar: o sertão oeste das Minas Gerais na segunda metade do setecentos. Para seu séquito, Pamplona foi um verdadeiro herói. Na pena dos poetas que engrossavam suas tropas, o entrante seria edificado como mártir para o sertão. Se inicialmente debatemos de frente com o mito, passamos a narrar os acontecimentos que marcaram o surgimento dele. Inácio Correia Pamplona estava inserido entre os principais potentados de Minas Gerais setecentista, região com contornos e ânimos instáveis.

<sup>36</sup> AMANTINO, Márcia Sueli. *O Mundo das Feras*. *Op. cit.*, pp.291-302

<sup>37</sup> CHARTIER, Roger *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990. p.13-28

verdades inquestionáveis, ainda que ofereçam contribuições importantes, pois pertencem a um grupo com determinada visão de mundo. A proposta de *Chartier* desmorona a noção de história como tradução da realidade, pois afirma que nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade<sup>38</sup>.

A categoria representação, segundo *Chartier*, permite uma análise sobre as maneiras pelas quais os homens dão inteligibilidade ao mundo social do qual fazem parte, uma vez que ela é um estatuto de organização desse mundo social. Nesse viés, o social passa a ser abordado por meio dos lugares de produção de discursos, que apreendem e estruturam o real, no caso, as representações. Trata-se de símbolos que, por meio das práticas culturais [produtoras de símbolos], imprimem determinada leitura de mundo, em um dado lugar. Diz o autor que é a partir desses esquemas intelectuais incorporados que se criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se tornar inteligível e o espaço, decifrável. É então postulada entre signo visível e o que ele significa. As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” - instâncias coletivas ou indivíduos singulares - marcam de modo visível a existência do grupo<sup>39</sup>.

Desta forma analisando o relato da expedição de Pamplona pode-se perceber como era o cotidiano de um grupo em missão itinerante de conquista e *civilização*, que elementos compunham suas vidas e universo. Ao mesmo tempo é possível resgatar a visão que aqueles homens tinham do desconhecido, seus medos e seu imaginário. O outro, o diferente era criado antes mesmo de existir e sempre associado ao perigo. O que criava a fé nos perigos e colocava o desconhecido como ameaça era a ideia de que deveria haver uma grande ameaça.

Desde o período colonial, o sertão era uma expressão que designava “espaços” internos, longe do litoral. Também indicava “aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”<sup>40</sup>.

*Russel-Wood* ressalta que a autoridade régia, os conselheiros e os administradores que viviam na colônia, e ainda grande parte dos colonos sempre imaginavam um “sertão dos

---

38 Idem. p.15

39 CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p.73

40 AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney V.; AMADO, Janaína. Passando dos limites. Goiânia: Ed. da UFG, 1995, pp. 51-78. p. 149.

sertões” aliado à noção de “desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade”. Essa região era habitada por pessoas que estavam aquém “dos limites impostos pelos padrões metropolitanos em termos de ortodoxia religiosa, costumes, moralidade, cultura e relações pessoais”. Tanto que os “sertões poderiam se localizar para aquém do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do Império”, o que, é claro, poderia lhe conferir certo “grau de autonomia”<sup>41</sup>.

Esse é o cenário rude do sertanejo que os poemas procuram purificar por intermédio da personagem. Inácio Correia Pamplona é a figura escolhida, pelas autoridades coloniais, como representante de um projeto do sertão a *civilizar*. Os poemas, ao se dedicarem à construção da imagem de Pamplona, reagem à persistência de uma visão *bárbara* e negativa do sertão. Esse homem vem para limpar aquele cenário inculto e de façanhas “barbarescas” e santificar aquele meio *selvagem* em que alvorou o sertão oeste de Minas Gerais setecentista. Assim, Inácio Correia Pamplona seria o homem, por excelência, que promoveria o combate à *barbárie* e desafiaria o isolamento daquela região. O “cavaleiro do sertão” traria a *civilização* para o povo do oeste de Minas.

Para os autores dos poemas e de considerável parte dos homens que integravam a expedição de 1769, Pamplona era um verdadeiro herói. Como bem ressaltou José Murilo de Carvalho, os heróis servem como “símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva”. A “criação de símbolos” não é aleatória, “não se faz no vazio social”. Ele tem que “responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”<sup>42</sup>.

Mas como se explica o fato de Pamplona ser promovido recorrentemente como um herói absoluto nos poemas declamados? Primeiramente é preciso atentar para as construções épicas dos relatos sobre o sertão. Na prática, o discurso laudatório dos companheiros de jornada de Pamplona lhe proporcionou uma excelente oportunidade de autopromoção perante as autoridades coloniais. A criação de uma imagem inóspita do sertão auferiu para o sertanista inúmeras mercês que requeria sempre em nome da conquista e da “pacificação” do sertão.

Os recitais de poemas vangloriando Pamplona marcaram toda a expedição rumo ao oeste mineiro em 1769. Nas paragens, após as refeições, ao entardecer ou mesmo no romper

---

<sup>41</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v. 38, n. 36, pp. 187-249, 1998. p. 187-249)

<sup>42</sup> CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. 15. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55

da aurora, poemas eram declamados e imagens grandiosas eram construídas para Pamplona. O chefe da expedição é ele mesmo uma prática do governo: descreve, investiga e representa o espaço, desvela e apreende os habitantes e assegura seu séquito dos perigos sertanejos. Percebe-se logo no início da referida expedição, que Pamplona seria aquele que traria controle oficial para o sertão onde as pessoas que ali viviam estavam sem assistência e padecendo por falta de administração. Em um dos poemas declamados por um religioso, essas imagens são claramente definidas:

Chegai sublime varão à nossa vista alegrar o sertão do Bambuí vinde ser senhor desta conquista nossos amenos campos possuem sempre vossa grandeza nos assista que eu com estes bosques concluí empenhos de mais fertilidade para que o país mais vos agrade<sup>43</sup>.

Pela análise desse poema, podemos verificar que se destina ao louvor do líder, entendido como escolhido por Deus. Sob a ação coordenadora do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, líder intrépido, impávido e forte, o sertão florescia como os jardins na primavera. Ao mesmo tempo é possível extrair importantes elementos que associam Pamplona à imagem épica que chega a ser identificado como o “filho do sol”.

Não se pode esquecer que, a partir do momento em que o mito ganha certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário aonde vem embaralhar-se em aspirações e exigências mais diversas. Conforme os momentos e os meios, Pamplona encarnou ao mesmo tempo a ordem e a aventura. Foi exaltado por alguns como o símbolo da epopeia guerreira e por outros como a garantia de um futuro pacificamente assegurado. O semideus dos combates, mais precisamente como *Hércules*,

“(...) Hércules lhe dá a clava e diz a fama respeitem as idades o meu brado; aqui um Alcides novo hoje se aclama. Já que foi como Hércules esforçado cinja o grande Pamplona, a verde rama que o faça sempre eterno e decantado”<sup>44</sup>.

Os mitos são compostos por um conjunto de narrativas que tem a função de explicar o mundo, de gerar sentido para as pessoas e as comunidades. Não interessa, para o ponto de vista que vislumbramos, se o mito existiu ou não, se há factualidade em determinada narrativa. O que importa é que em certo contexto cultural o mesmo foi compreendido como

---

43 NOTÍCIA diária e individual. *Op. cit.*, p. 54-55

44 NOTÍCIA diária e individual. *Op. cit.*, p. 56.

um passado. Logo, o mito, em sua função, pode ser analisado como uma memória social. Neste sentido, o mito do herói *Hércules* quando comparado a Pamplona chama a atenção, uma vez que ele serve de mito fronteira, ao mesmo tempo em que une, separa.

*Hércules* foi um dos heróis mais populares do mundo antigo. Cultuado entre gregos e romanos. Seu mito delimita as fronteiras entre o mundo *civilizado* e o *selvagem*, a mortalidade e a imortalidade, o conhecido e o desconhecido. Trata-se de um mito maleável, que teve as mais distintas apropriações. Diferentes construções de *Hércules* são realçadas. Cada uma se apropria, a seu modo, de uma de suas várias facetas, mas sempre falando do mesmo herói. O poeta ao recriar em Pamplona o mito, de forma consciente ou não, aumenta os obstáculos a serem vencidos pela comitiva guiada por seu líder e o engrandece a cada ato praticado na “pacificação” a e cada tarefa cumprida no sertão.

A exaltação de seus momentos heróicos e corajosos produz um estereótipo que o aproxima do guerreiro dominado pelo ofício. Isso se torna providencial para Pamplona, pois no momento em que se apropria dos relatos mais possibilidades surgem de auferir benesses junto às autoridades desencadeadas pela campanha a favor de sua imagem e de suas ideias. Por outro lado, não se pode entender o encômio setecentista como totalmente verossímil, pois os poetas encomiásticos tendiam à parcialidade, ou seja, sacrificavam a sua opinião à própria conveniência.

A escolha dos adjetivos pode não corresponder a situações vivenciadas pelo poeta, e sim a necessidades internas do contexto. Desse modo é possível lançar como hipótese a associação dos poetas com Pamplona na construção do enigmático e heróico homem do sertão, ao difundir essas poesias como forma de participar, ao menos de uma parte, do ganho dos benefícios com a entrada de 1769, principalmente as sesmarias. Assim passa a decorrer a noção de que se trata, de uma laudatória de promoção política e econômica. A terra era tida pelos poetas como boa e portadora de tesouros escondidos, porque esperavam a chegada de alguém que merecesse receber suas mercês<sup>45</sup>, prática recorrente durante o Antigo Regime<sup>46</sup>.

---

45 Pode-se perceber que, junto à ideia de conquista, havia claramente definida a busca por algo que era identificado com o conceito de riqueza. No caso de Minas Gerais, ela era associada principalmente ao ouro e aos diamantes, às concessões de sesmarias e à escravização indígena.

46 RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: índios Coloniais em Minas Setecentista*. 401 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2003. 31-140. LANGFUR, Harold Lawrence. *The Forbidden Lands: frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil. 1760-1830*. 410 f. Faculty of the Graduate School, University of Texas/Austin, 1999. p. 140

De fato, para além dessa riqueza de projeções oníricas, dessa multiplicidade de imagens cristalizadas em torno de um mesmo personagem, Pamplona exerceu com honra altos cargos e grandes comandos. Detinha o controle quase que absoluto da região – sertão oeste de Minas Gerais setecentista – em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelas autoridades.

Inácio Correia Pamplona, em suas expedições aos sertões mineiros, tinha total poder deliberado pelos próprios governadores para resolver as mais diversas contentas, fossem elas judiciais - prender criminosos, processar outros - e exterminar os inimigos indígenas e quilombolas. Levantava Igrejas nas áreas inóspitas, abria picadas, construía pontes e tantos outros feitos em suas diligências,

(...) Vós o altivo herói que o engenhoso nessa fábrica altiva bem mostrais, pois o primeiro sois que editais uma ponte em rio tão caudaloso. Sois um Xerxes sublime e poderoso que chagais a erigir quanto intentais nesta obra ao rei francês avantajais e a todos excedeis no seu colosso (...)<sup>47</sup>.

Os versos remetem a imagem de um retrato sublime em que se ressalta o heroísmo, como estampa colorida e movimentada sobre o estereótipo da bravura. Inspiração é o que não falta para falar de um homem que dominou o sertão rebelde e por isso era igualado ao rei persa, *Xerxes*, por merecimento e presteza nos serviços prestados às autoridades como um vassalo fiel.

As imagens construídas sobre Pamplona eram tão magníficas que em um poema de autoria desconhecida, ele é associado a *Moisés*, liderando o povo em busca “da terra prometida”,

Magnânimo herói altivo coração sempre impávido, forte e arrojado (...). E nós todos que temos a ventura de a um segundo Moisés acompanhar as graças lhe rendamos com ternura. E aquém só de nós se quis lembrar é certo que com fé muito firme e pura, reverentes indultos devemos tributar<sup>48</sup>.

Assim, nota-se o *Moisés* ou o arquétipo do profeta associado a Pamplona. Anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros ainda não veem. Ele próprio, conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro. O homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Quer na restauração da ordem estabelecida ou em sua subversão, quer organize ou anuncie aquela que está por vir,

47 NOTÍCIA diária e individual. *Op. cit.*, p. 62-63.

48 NOTÍCIA diária e individual. *Op. cit.*, p. 70)

é sempre por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos, que se situa seu personagem. É na manifestação e nos anseios da coletividade que ele se afirma e se define, com ele, graças a ele, o “depois” não seria mais como era o “antes”. Os signos sob os quais ele se coloca, as imagens que inspira para assegurar sua representação constituem um elemento determinante para a abordagem de um tempo e de uma sociedade.

Tratando-se, todavia, de pessoas humanas, muito concretamente e muito precisamente inseridas em certo espaço geográfico e em certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape totalmente à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários, protótipos eternos propostos, como *Hércules*, *Édipo* e tantos outros,

a literatura como a pintura podem atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fático. Podem ser e foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir à vontade seus personagens<sup>49</sup>.

Com toda propriedade, tal evidência não pode ser aplicada a Pamplona, pois era um ser de “carne e osso”, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são de uma personalidade, de um destino e de um contexto. Homem multifacetado, Pamplona era guardião de um mosaico de interesses que muito usou do sertão para reclamar inúmeras benesses. A construção de uma retórica exagerada em torno de sua imagem, na verdade é apenas uma forma de vangloriar seus feitos, ora mais evidente, ora mais camuflada, sendo necessário perscrutar através do sertão. O impacto desse território, contudo, provocou uma mudança radical no espírito dos homens que acompanham o sertanista: metamorfoseavam a natureza e o líder em matéria poética.

Pamplona é um exemplo que traz em si o espírito do homem da conquista, atuando de forma a executar na região o que apregoava o projeto *civilizacional* das autoridades metropolitanas. Ele foi um elemento de ligação entre a realidade mineira e seu sertão e as teorias desenvolvidas pelos que nunca por ali estiveram. Essas foram as imagens sobre Pamplona que puderam ser percebidas por meio dos poemas elaborados durante a expedição de 1769. A simbólica do gesto permanece inseparável do contexto histórico. As imagens que inspira para assegurar sua representação constituem um elemento determinante para a abordagem de um tempo e de uma sociedade. É preciso concordar com Ginzburg ao afirmar

---

<sup>49</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 81

que “as linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”<sup>50</sup>.

A constatação da força da representação transforma-o em um espelho em que a personagem vê e se persuade do próprio poder.

---

<sup>50</sup> GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. 1. ed. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.175